

CONTROVERSAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

FERREIRA, Valdérís Pereira dos Santos
Discente do Curso de Pedagogia da FAHU/ACEG de Garça
valderispsf@hotmail.com

AZEVEDO, Antulio José de
Prof. Dr., docente do Curso de Pedagogia da FAHU/ACEG de Garça
antuliojose@uol.com.br

RESUMO

CONTROVERSAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O presente artigo aborda uma questão bastante controversa sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita: a alfabetização e o letramento. Com base em pesquisa bibliográfica procura redefinir os conceitos de alfabetização e letramento, bem como, a interligação que há entre ambos na prática escolar.

PALAVRAS CHAVE: alfabetização – letramento – leitura - escrita

ABSTRACT

CONTROVERSIES ON TO DOMAIN OF THE CODES AND TO KNOW TO READ

The present article sufficiently approaches a controverted question on the process of learning of the reading and the writing: to learn to read and to write. On the basis of bibliographical research search to redefine the concepts of to learn to read and to write, as well as, the interconnection that has enters both in the practical pertaining to school.

KEYWORDS: learn to write - learn to read - reading - written

1 INTRODUÇÃO

Dentre os inúmeros problemas sociais enfrentados pelo Brasil em todos os tempos, o analfabetismo ostenta uma posição de grande destaque. Sua manifestação não é um privilégio dos dias atuais. Muito pelo contrário, seus efeitos têm sido minimizados nos últimos tempos, graças à implantação de programas governamentais e de organizações não governamentais de combate ao analfabetismo. Historicamente o analfabetismo macula a sociedade brasileira desde os primórdios da colonização do Brasil. Na tabela a seguir pode ser observada a taxa de analfabetismo absoluto no Brasil e sua regressão no decorrer do tempo.

TABELA I

Taxa de analfabetismo no Brasil de 1920 a 2000, considerando indivíduos acima de 15 anos.

ANOS	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
TAXA DE ANALFABETISMO	64,90%	56,00%	50,50%	39,60%	33,60%	25,50%	20,07%	14,70%	13,63%

FONTE: INEP - Mapa do analfabetismo no Brasil, 2003 (apud DI PIERRO et GRACIANO, 2003, p 7)



Estamos aqui falando do analfabetismo absoluto, assim chamado quando o indivíduo não identifica os códigos por meio dos quais são grafadas as letras e as palavras.

Entretanto, outra forma de analfabetismo vem sendo identificado no Brasil, conhecido por funcional. Neste caso, o indivíduo reconhece os códigos, escreve e lê algumas palavras, mas não são capazes de fazer o uso social da leitura e da escrita no dia a dia de sua vida.

A tabela a seguir retrata este fenômeno.

TABELA II

Taxa de analfabetismo funcional no Brasil de 1992 a 1999 – indivíduos acima de 15 anos

ANOS	1992	1997	1999
ÍNDICE DE ANALFABETISMO ABSOLUTO	37%	32%	29%

FONTE: IBGE – Censo demográfico e PNAD 1999 (apud RIBEIRO et alli, 2002, p 3)

O principal objetivo deste artigo é discorrer e analisar a questão do analfabetismo absoluto e funcional, bem como, apresentar conceitos atualizados de alfabetização e letramento.

2 CONCEPÇÃO DE ANALFABETO ABSOLUTO E ANALFABETO FUNCIONAL

A concepção de analfabetismos tem passado por mudanças nos últimos tempos devido a democratização da escola pública e a instituição de programas governamentais para oferta da educação popular, além da melhoria das condições socioeconômicas da população.

No entender de Val (2006) analfabeto é o indivíduo que não se apropriou do processo específico e indispensável para utilização do sistema de escrita, ele não domina os princípios alfabético e ortográfico que possibilitam ao aluno ler e escrever com autonomia.

É comum encontrar pessoas que nunca frequentaram a escola ou que passaram por ela, aprenderam técnicas de decifração do código escrito e são capazes de ler palavras e textos simples, curtos, mas não são capazes de se valer da língua escrita em situações sociais que requerem habilidades mais complexas.

A UNESCO em 1958 definiu como sendo alfabetizado o indivíduo capaz de ler ou escrever com clareza um pequeno texto relacionado ao seu dia a dia (RIBEIRO et alli, 2002).



A própria UNESCO* no ano de 1978 aconselhou que se passasse a ser utilizado o conceito de alfabetizado funcional para qualificar o indivíduo capaz de utilizar a leitura e a escrita a escrita com a finalidade de fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida (RIBEIRO et alli, 2002).

A UNESCO definiu na década de 1990 como sendo analfabetos funcionais os indivíduos com menos de quatro anos de escolarização.

Tanto nos países desenvolvidos, onde se conseguiu universalizar uma escolarização básica mais abrangente com a significativa ampliação da cobertura escolar, quanto nos subdesenvolvidos, que apresentam uma precariedade no processo de escolarização a que conseguem ter acesso as classes populares, o problema do analfabetismo absoluto ou funcional é bastante significativo. Por conseguinte, este é um problema universal, que atinge vários países, ricos ou pobres.

No Brasil, a preocupação governamental em cada vez mais baixar a taxa de analfabetismo, resultou na instituição de programas de incentivo às famílias de baixa renda, como o Bolsa Família, que bonifica financeiramente as famílias de baixa renda desde que seus filhos não deixem de frequentar com assiduidade a escola. Também se pode mencionar o incentivo à educação de jovens e adultos e aos programas de alfabetização de adultos incrementados pelo poder público nos últimos tempos.

3 CONCEITUANDO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Atualmente vem ocorrendo divergências entre os educadores sobre como conceituar alfabetização e letramento. Será que ambos os termos são sinônimos, se têm significados diferentes, se há antagonismo entre eles, ou se um é continuidade do outro, e neste caso, qual deles vem primeiro.

Segundo Val (2006, p. 18)

A apropriação da escrita é um processo complexo e multifacetado, que envolve tanto o domínio do sistema alfabético-ortográfico quanto a compreensão e o uso efetivo e autônomo da língua escrita em práticas sociais diversificadas. A partir da compreensão dessa complexidade é que se tem falado em alfabetização e letramento como fenômenos diferentes e complementares.



Neste aspecto, é possível conceituar alfabetização como sendo o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitam ao aluno ler e escrever com autonomia. Portanto, refere-se à compreensão e ao domínio do código escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras usadas para representá-la na escrita (VAL, 2006).

Por outro lado, considera-se letramento o processo de inserção e participação do indivíduo na cultura escrita, ou seja, a utilização da escrita na prática social, como uma ferramenta essencial para que ele possa ter e usufruir dos direitos de cidadão.

É possível afirmar que o letramento antecipa à alfabetização.

Diz Val (2006, p 20) que o letramento

tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita (leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo).

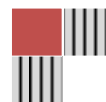
A partir destas considerações, é possível sugerir que alfabetização e letramento são processos diferentes, tendo cada um a sua especificidade, contudo se complementando, não se podendo dispensar ou separar um do outro.

No entender de Val (2006), o complicador existente no momento é a falta de entendimento por parte dos professores de como conciliar letramento e alfabetização, a fim de assegurar aos alunos a apropriação do sistema alfabético-ortográfico e a utilização autônoma da leitura e da escrita na prática social em suas vidas.

4 A PRÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO EM SALA DE AULA

No entender de Val (2006), a prática da alfabetização e do letramento em sala de aula ocorre com base em quatro pontos fundamentais, nos quais o aluno deve ser o principal protagonista: a compreensão e valorização da cultura escrita; a apropriação do sistema de escrita; a leitura; e a produção de textos escritos.

A sociedade hoje é considerada grafocêntrica, porque no cotidiano dos indivíduos a escrita está presente em todos os espaços e a todo o momento, cumprindo diferentes



funções. Levar o aluno a entender a multiplicidade de seus usos e funções, além das incontáveis possibilidades que ela abre, é fundamental para que o aluno seja capaz de fazer escolhas adequadas, ao participar das práticas sociais de leitura/escrita.

Apropriar-se do sistema de leitura e escrita, em geral, tem sido muito desmotivador para os alunos. Ao aprender uma regra e como aplicá-la o aluno atinge um estágio de conforto, mas imediatamente este é quebrado, porque ele precisa aprender e aplicar outras regras. Para ele, esta situação se torna indefinida.

O professor precisa ter muita habilidade para conduzir o aluno a recuperar novamente o ânimo. Neste sentido, existem inúmeras estratégias que nem há espaço para aqui enumerá-las.

A leitura é uma atividade que se realiza individualmente, mas que se insere num contexto social, envolvendo atitudes e capacidade de decodificação o sistema de escrita e a compreensão de sentido do texto lido.

A compreensão dos textos é a meta principal do ensino da leitura. Ler com significativamente inclui, além da compreensão linear, a capacidade de fazer inferências.

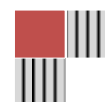
O domínio da escrita pelo aluno significa que ele tem condições de produzir um texto, expondo com coerência suas ideias por escrito, de acordo com as regras ortográficas e gramaticais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfabetização e letramento são campos do conhecimento pedagógico pouco conhecido dos professores que atuam como alfabetizadores. Este fato foi possível ser observado no decorrer da realização do estágio curricular supervisionado do Curso de Pedagogia.

Em razão desta deficiência observada na formação dos alfabetizadores, surgiu o interesse para a realização do presente estudo. Esta questão necessita ser mais debatida para que tais deficiências sejam eliminadas. É claro que num artigo pouco se pode fazer neste sentido. No entanto, valeu a iniciativa e espera-se que sua elaboração e divulgação possam trazer alguma contribuição no sentido de provocar uma reflexão sobre o assunto.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. n25. Jan /Fev /Mar /Abr.

VAL, Maria da Graça Costa. Alfabetização e letramento. In CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (Orgs). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: MEC, 2006.

RIBEIRO, Vera Masagão; VÓVIO, Claudia Lemos; MOURA, Mayra Patrícia. Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional. In **Educação e Sociedade**. Campinas: Educ.Soc., 2002. v.23 n.81. dez.

